

Policy Brief No.14

17.05.2021

Democracia moçambicana pós-Afonso Dhlakama e Daviz Simango

Iminente fim da oposição em Moçambique?



Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África



© EISA, Maio de 2021

Policy Brief editado por:

Ericino de Salema (ericino@eisa.org.za)

Democracia moçambicana pós-Afonso Dhlakama e Daviz Simango

Iminente fim da oposição em Moçambique?

- **Convém recordar que Dhlakama disse certa vez, em entrevista que concedeu após a derrota nas eleições presidenciais de 2014, que “a minha morte representaria o fim da oposição em Moçambique, uma vez que a pretensão autoritária do partido governamental iria se sobrepor aos princípios democráticos”...**

Domingos M. Rosario (domingos@eisa.org) & Egidio Guambe (egidio@eisa.org)

O dia 3 de Maio de 2018 é considerado, pela opinião pública (nacional e internacional)¹, como marcando um possível “fim da oposição” em Moçambique². Foi nesta data que Afonso Dhlakama, antigo presidente da Renamo, perdeu a vida por doença, na sua base em Marínguè, onde se instalara em 2012. Desde a institucionalização de eleições pluralistas em Moçambique até à data da sua morte, Dhlakama concorreu contra todos os candidatos da Frelimo (1994 e 1999 – Joaquim Chissano, 2004 e 2009 – Armando Guebuza e 2014 – Filipe Nyusi), tendo sido, sempre, o segundo candidato mais votado nas eleições presidenciais³.

A 22 de Fevereiro de 2021, quando passavam, sensivelmente, três anos após o desaparecimento físico de Dhlakama, morria igualmente Daviz Mbepo Simango, líder e fundador do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que, em 2009, tinha-se tornado no terceiro maior partido de Moçambique e definido, nos círculos políticos e pela opinião pública, como sendo uma alternativa ao bipartidarismo, corporizado pelos dois partidos com herança militar (Frelimo e Renamo)⁴.

Para qualquer moçambicano ordinário, a morte de Dhlakama, assim como de Simango, representa um dos factores modificadores do espaço político, em particular pelas características peculiares que cada um destes dois líderes de partidos da oposição tinham. Aliás, muitos va-

ticinam não só o fim da oposição, mas também um reforço sem precedentes da hegemonia do partido governamental, a Frelimo, visto não se vislumbrar, nos próximos anos, alguém com carisma e liderança para assumir tal estatuto de oposição. Tal facto pode, obviamente, representar uma “des-democratização”⁵ significando que a memória de transição do regime de partido único ao multipartidarismo, alicerçada nas reivindicações personalizadas em Dhlakama, por exemplo, conheceria uma ofuscação considerável.

Efectivamente, tanto Dhlakama como Simango tinham construído uma forma particular de fazer “política de oposição” vis-à-vis o partido no poder, que se confundia com a autoridade estatal. Herdeiro de uma estrutura de emancipação anticolonial e de partido único que tinha projectado o país à sua imagem e com uma agenda de modernização sob seu critério, o partido no poder pretende ser entendido como produto e produtor da imaginação política de Moçambique como Estado. Fazer face a tal posição partidário-governamental requer, obviamente, que a oposição seja liderada por uma personalidade com características “atípicas”⁶, ou seja, por alguém que tem a coragem de fazer face ao regime autoritário e desafiá-lo, mesmo que isso signifique abandonar uma possibilidade de realização (material) individual. Nas suas intervenções públicas, Dhlakama costumava afirmar: “A minha morte representaria o fim

1 “Au Mozambique, l’opposition fragilisée par les décès de ses dirigeants”. In <https://www.voaafrique.com/a/au-mozambique-l-opposition-fragilis%C3%A9e-par-les-d%C3%A9c%C3%A8s-de-dirigeants/5792808.html>. Acedido no dia 5 de Maio de 2021; EWN, “Mozambique democracy under threat as opposition loses leaders”. In <https://ewn.co.za/2021/02/25/mozambique-democracy-under-threat-as-opposition-loses-leaders>. Acessado no dia 10 de Maio de 2021.

2 Volvidos quase três anos, a 22 de fevereiro de 2021, a oposição moçambicana volta a viver outro revés, com a morte de Daviz Simango, então líder do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

3 Daviz Simango, concorreu a 3 eleições (2009; 2014 e 2019). Em todas elas, ocupou a terceira posição.

4 R. Raboco, “Partidos e comportamentos políticos: o MDM como alternativa política a governação em Moçambique”, *Storia e Futuro*, n.º 14, 2014.

5 Domingos M. Do Rosário, Egidio Guambe & Ericino Salema, *Democracia Multipartidária Em Moçambique*, Maputo: EISA, 2020.

6 M. Cahen, “Dhlakama é maningue nice!': une ex-guérilla atypique dans la campagne électorale au Mozambique”. *L’Afrique Politique*, 1995, pp. 119-161.

7 Afonso Dhlakama, entrevistado, Maputo, 2016. Vide: E. M. Genoud, M. Cahen & D. M. Rosario, *The War within. New perspectives on the civil war in Mozambique, 1976-1992*. London: James Currey, 2018.

da oposição em Moçambique, uma vez que a pretensão autoritária do partido governamental irá se sobrepor aos princípios democráticos⁷.

Esta perspectiva de Dhlakama parece, com efeito, fazer *jus* ao facto de que no sistema político moçambicano a definição de oposição e, sobretudo, de líder da oposição continua relativamente fluída. Não há dúvidas que, em termos práticos, por partidos da oposição considera-se o bloco de partidos políticos não-governamentais. Portanto, partidos da oposição definem-se em relação ao partido governamental. Ora, estes partidos da oposição tendem igualmente a se diferenciar de acordo com a disposição de assentos no parlamento. Assim, existem partidos da oposição com assento no parlamento e os extraparlamentares. Obviamente, as práticas políticas destes partidos da oposição distinguem-se entre os que têm canais formais, através do parlamento, para influenciar a agenda pública, e os extraparlamentares, estes sem fórmulas claras de intervenção.

Entretanto, a definição do que será líder da oposição mostra-se relativamente complexa. Em Moçambique, este estatuto nunca foi elemento de questionamento em resultado, até certo ponto, do perfil carismático de Dhlakama. Ele conseguiu, com sucesso, construir em torno de si a ideia de líder da oposição associado ao facto de ser o segundo candidato mais votado. Mesmo em contexto de formação de bloco de partidos da oposição, sem necessariamente ser eleito conseguiu legitimar-se como líder da coligação. Dhlakama tinha construído uma posição de único actor legítimo capaz de contrapor o regime do dia. Aliás, isso compreende a conservação de seu exército como mecanismo que lhe daria capacidade para “obrigar” a Frelimo a negociar (pelas armas). Por sua vez, Daviz Simango, que entra activamente na política num quadro completamente fechado, nomeadamente entre o partido governamental e a personalidade de Dhlakama, qual líder da Renamo, agiu com algum sucesso na instauração de uma certa “terceira força” partidária⁸. A partir da governação autárquica na cidade da Beira, foi estruturando um modo de fazer política no meio de um espaço monopolizado e negociado entre a Frelimo e a Renamo⁹.

A relevância dos partidos da oposição e, sobretudo, das suas lideranças, para a consolidação da democracia continua um assunto pouco explorado¹⁰. Porém, em regimes autoritários são, às vezes, o único mecanismo de espe-

rança para desafiar as pretensões de retorno às fórmulas de partido único¹¹. Em rigor, num contexto de baixo nível de institucionalização do sistema partidário, a capacidade de influenciar as dinâmicas do espaço público pelos partidos da oposição decorre muito além da capacidade carismática das suas lideranças. Com efeito, em Moçambique a modalidade de fazer oposição tende a ser estruturada pelo carisma da liderança que pelo simples facto de uma dada organização política ser legalmente definida como um partido da oposição. Embora se tenha institucionalizado o Estatuto Especial de Líder do Segundo Partido com Assento Parlamentar, não se trata em rigor de reconhecimento da oposição enquanto forma de fazer face ao processo de governação, mas, sim, de acomodação da pressão da Renamo¹². Obviamente, tal figura aparece no contexto de negociação de paz e rapidamente ficou pouco relevante no cenário político¹³. Pouco se sabe sobre o que faz materialmente o detentor desse estatuto especial.

A partir da leitura do perfil das duas lideranças da Renamo, nomeadamente Afonso Dhlakama e Ossufo Momade, e do MDM, Daviz Simango, este texto mostra como a morte dos dois líderes (Dhlakama e Simango) pode contribuir na modificação significativa das modalidades de fazer oposição e na reconstrução de práticas autoritárias do regime do dia. Num primeiro momento, a partir do perfil político de Dhlakama o texto explora as particularidades moçambicanas de fazer oposição e, no segundo momento, através do estudo do perfil de Daviz Simango, explora as tentativas do que se denominou como via alternativa de fazer oposição. Finalmente o texto termina elaborando algumas propostas de revitalização da oposição num contexto de crise de liderança nos partidos de oposição e caracterizado por uma recomposição autoritária do partido governamental. O texto é uma contribuição para um debate mais aberto sobre a consolidação da democracia, através de uma efectiva instauração e, quicá, revitalização do sistema partidário.

1. Afonso Dhlakama: o salvador da pátria ou o líder autoritário da oposição?

«o povo acredita que posso iniciar uma mudança democrática neste país»¹⁴

Líder histórico da guerrilha e posteriormente do prin-

8 Sobre as dinâmicas de formação o MDM vide: S. Chichava, ‘Movimento Democrático de Moçambique : Uma Nova Força Política Na Democracia Moçambicana?’, Maputo: IESE, 2010; A. Nuvunga & J. Adalima, ‘Mozambique Democratic Movement (MDM): An Analysis of a New Opposition Party in Mozambique’, Maputo: Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

9 Sobre as dinâmicas de gestão da autarquias da Beira e seus efeitos na formação do MDM vide o livro de E. Guambe, ‘Renegociar a centralidade do estado em Moçambique: municipalização na Beira, em Mueda e em Quissico’, Maputo, MinervaCoimbra, 2019.

10 M. Gazibo, ‘Partis politiques d’Afrique: retours sur un objet délaissé’. *Politique africaine*, n° 104, 2006, pp. 5-17.

11 J. Sumich ‘The party and the State: Frelimo and social stratification in post-socialist in Mozambique’. *Development and Change*, 41 (4), 2010, pp. 679-698.

12 Um estatuto especial que Dhlakama nunca aceitou, seria o seu sucessor, Issufo Momade que concretizou tal estatuto. Vide a Lei n.º 33/2014, de 30 de Dezembro, *Boletim da Republica*, 1ª Série, Suplemento.

13 E. Salema, ‘Estatuto Especial do Líder do Segundo Partido com Assento Parlamentar’, *EISA Policy Brief*, n° 6, 2020.

14 Afonso Dhlakama, entrevistado pela Agência Francesa de Notícias, 2014.

principal partido da oposição em Moçambique, a Renamo, Dhlakama serviu o exército da Frelimo antes de se juntar à guerrilha da Renamo (1976), onde assumiu, três anos mais tarde, depois da morte de André Matsangaissa (1979), a liderança da mesma. Carismático, “autoritário” e centralizador (cada escalão dependia, para a menor acção, das ordens recebidas do topo), Dhlakama liderou a Renamo primeiro durante o período da guerra civil, que opôs a guerrilha e o governo da Frelimo; assinou o Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, que iniciou a transformação da Renamo em partido político¹⁵. Apesar de se transformar formalmente em partido político e actuar numa arena mais institucionalizada, a Renamo nunca desmobilizou completamente o seu exército, que, ao longo do tempo, se transformou na retaguarda segura de Dhlakama para enfrentar o Estado materialmente autoritário, liderado pelo partido governamental, a Frelimo.

Factores estruturais responsáveis pela guerra civil e o AGP resultaram na bipolarização do sistema político moçambicano¹⁶. Essa bipolarização foi confirmada nas eleições fundadoras de 1994 (a Frelimo e a Renamo obtiveram, juntas, cerca de 80% do total dos votos) e determina o funcionamento do sistema político nacional, sendo ainda determinante na estrutura(ção) do voto em Moçambique¹⁷.

Diferentemente de outros países africanos, em que o líder do segundo partido mais votado lidera a bancada parlamentar na Assembleia da República, Dhlakama descartou, desde o início, essa possibilidade. Apesar de a Renamo ter sido o segundo partido mais votado nas eleições de 1994 (112 assentos), Dhlakama nomeou seu então braço direito e negociador chefe por parte da Renamo nas conversações de Paz de Roma, Raúl Domingos, para chefiar a bancada parlamentar do partido na Assembleia da República¹⁸ - principal veículo de canalização

das demandas da oposição ao governo¹⁹. Sem assento parlamentar, Dhlakama dedicou maior parte do seu tempo, durante a primeira legislatura, a entreter a sua base social²⁰ e a tentar atenuar a incapacidade do partido de cumprir com as promessas neopatrimoniais feitas durante a guerra²¹.

Ditadura do voto e sufoco parlamentar

Em 1994, a Frelimo tinha obtido a maioria parlamentar (129 deputados, em 250 possíveis). E, num sistema em que imperava a disciplina partidária, com um Executivo mais forte em relação ao Legislativo²² e a ditadura do voto como modo de acção legislativa²³, a bancada da Renamo encontrava dificuldades não só para fazer passar os seus Projectos de Lei, mas também para fazer uma fiscalização efectiva ao Governo. Sabe-se que, durante este período, houve Projectos de Lei, alguns dos quais com potencial de melhorar o sistema político, mas cujo debate e aprovação foi recusado pelo simples facto de terem sido apresentados pela oposição. O Projecto de Lei de Alteração dos Símbolos Nacionais (bandeira nacional, em particular) que estava, segundo a oposição, fora do contexto da paz, democracia e reconciliação nacional, mas também²⁴ a revisão da Lei n.º 1/79, de 11 de Janeiro, que pune com penas mais severas o crime de desvio de fundos no Aparelho do Estado²⁵, são apenas alguns exemplos²⁶.

Devido ao bloqueio institucional, Dhlakama recorreu a uma via alternativa de fazer oposição, transformando seu périplo às bases numa espécie de “parlamento de rua”²⁷. Por exemplo, em 1997, mobilizados por Dhlakama, apoiantes da Renamo organizaram protestos, nas principais cidades do centro e norte de Moçambique, contra as alegadas más condições económicas e corrupção no seio do Governo, ao mesmo tempo que exigiam explicação ao

- 15 E. M. Genoud, M. Cahen & D. M. Rosario, *The War within. New perspectives on the civil war in Mozambique, 1976-1992*. London: James Currey, 2018.
- 16 L. de Brito, “O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique”. In B. Mazula, *Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Embaixada do Reino dos países Baixos, 1995, pp. 473-499.
- 17 L. de Brito, *Cartografia eleitoral de Moçambique-1994*. Maputo: Livraria Universitária, 2000.
- 18 A projecção de Raúl Domingos nos meios diplomáticos nacionais e internacionais valeu sua expulsão do partido, em 1999. De facto, analistas consideravam R. Domingos com mais influência do que o próprio Dhlakama. Na ausência de Dhlakama sempre nas matas a entreter sua base social, R. Domingos era o representante oficial da Renamo na maioria das cerimónias oficiais. Em 1996, Domingos chegou a fazer parte dos 100 homens mais poderoso de Moçambique. Vide I. Verdier (ed.) *Mozambique: 100 men in power*. Paris: Indigo publications, 1996.
- 19 Afonso Dhlakama nunca escondeu que o tempo dedicado ao trabalho parlamentar teria sobrecarregado demais o tempo necessário ao “controle partidário”. Vide M. Cahen, “Resistência Nacional Moçambicana”, de la victoire à la dérouté”. *Politique africaine*, n.º 117, 2010, pp. 23 – 43.
- 20 M. Cahen, *Mozambique : la révolution implosée. Étude sur douze ans d'Indépendance (1975-1987)*. Paris: l'Harmattan, 1987.
- 21 C. Manning, “Constructing Opposition in Mozambique: Renamo As Political Party”. *Journal of Southern African Studies*, 24 (1), 1998, pp.161-189.
- 22 J. J. Macuane, *Instituições e democratização no contexto africano: multipartidarismo e organização legislativa em Moçambique (1994-1999)*. Tese de Doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 2000.
- 23 P. Norton, « La nature du contrôle parlementaire ». *Pouvoirs*, n.º 134, 2013, pp. 5-22
- 24 Raúl Domingos, antigo chefe da bancada parlamentar na Assembleia da República, entrevista realizada por Domingos do Rosário a 7 de Maio de 2021.
- 25 VOA “Frelimo “chumba” proposta de penas graves para corrupção”. <https://www.voaportugues.com/a/article-05-12-2011-corruptionparliament-voa-news-121710939/1260237.html>. Acessado no dia 17 de Maio de 2021.
- 26 Bem recentemente, propostas projeto de lei da RENAMO, que sugeria que os governadores passassem a ser propostos pelas assembleias das respetivas províncias; e o Projeto de lei sobre “apartidarização da função pública” proposta pelo MDM foram rejeitadas pela maioria parlamentar. Para mais detalhes vide <https://www.dw.com/pt-002/projeto-de-revis%C3%A3o-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-mo%C3%A7ambicana-chumbado-no-parlamento/a-18900649>; <https://www.dw.com/pt-002/projeto-de-lei-sobre-apartidariza%C3%A7%C3%A3o-da-fun%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-chumbado-no-parlamento/a-18919736>

Governo sobre a forma como a privatização das empresas estatais tinha sido efectuada²⁸ a favor dos membros do partido Frelimo²⁹. Estas manifestações foram violentamente reprimidas pela então Força de Intervenção Rápida (FIR), hoje Unidade de Intervenção Rápida (UIR), com uso de balas de borracha e reais, tendo culminado com a detenção de vários líderes locais da Renamo.

Aliás, o uso excessivo da violência constituía uma prática do regime autoritário para reprimir manifestações convocadas pela oposição. Em 2000, em contexto da crise eleitoral depois das eleições de 1999, a intervenção violenta da Polícia provocou a morte de 11 membros da Renamo em Angoche³⁰, e 40 mortes e 130 feridos em Montepuez³¹. Um membro sénior e deputado da AR pela bancada da Frelimo declarou na altura, a propósito dessa acção da FIR, “que o problema com as manifestações da Renamo não tinha sido a repressão policial, mas sim o excesso de tolerância por parte da Polícia”³².

Analisados os factos, ao usar e abusar da excessiva violência contra a oposição³³ o Estado autoritário empregava todo “*um menu of manipulation*” com o objetivo de reduzir a visibilidade da oposição e, assim, aumentar os custos de contestação³⁴, até porque a mobilização da oposição representava, naquelas circunstâncias, uma grande ameaça à sobrevivência do regime, uma vez que tais manifestações tinham sido feitas de forma unificada³⁵ com a sociedade civil ao nível local.

Nas eleições Presidenciais e Legislativas de 1999, a Renamo se tinha coligado com outros 15 pequenos partidos, constituindo a Renamo-União Eleitoral (R-UE). E Dhlakama, embora não tenha sido oficialmente designado pela coligação como líder da mesma ou “chefe da oposição”, as crenças colectivas ligadas à sua liderança política, aliadas à sua personalidade carismática (dotado de forças “sobrenaturais ou sobre-humanos”, inacessíveis às pessoas comuns)³⁶ e capaz de fazer frente à capacidade ma-

terial, mediática e financeira do candidato e do partido governamental, tinham sido determinantes para ser naturalmente aceite e reconhecido como tal³⁷.

Estratégias extra-institucionais para escapar ao poder autoritário

Apesar da ascensão da Renamo-UE (RUE) em termos de resultados eleitorais (38, 81%, uma subida de 1,18% em relação a 1994)³⁸ e a progressão de Dhlakama (que obteve 47,71% dos votos, uma subida de 14, 18% quando comparado com a votação de 1994), as eleições de 1999 tinham sido ganhas pela Frelimo (48,54%) e pelo seu candidato, Joaquim Chissano (52, 29%)³⁹. A RUE recusa os resultados dessas eleições e apresenta uma reclamação ao Tribunal Supremo (TS), solicitando o cancelamento da votação e a recontagem dos votos. A reclamação foi recusada pelo TS, fazendo a vez do Conselho Constitucional (CC) que ainda estava por ser efectivamente estabelecido.

Com a recusa das suas propostas, a oposição declara que vai instalar um governo paralelo; na sequência, organiza uma campanha de “desobediência civil” para contestar o Governo “não legítimo” da Frelimo saído daquelas eleições. Igualmente, exige não só a nomeação de governadores seus nas províncias onde tinha obtido a maioria dos votos, mas, também, a inclusão de seus membros nos Conselhos de Administração das empresas públicas⁴⁰. Porém, as demandas da Renamo não foram aceites e Chissano solicita aos governadores provinciais a não ceder às pressões políticas para incluir membros da oposição na administração local das províncias do centro e norte do país⁴¹.

Incapaz, por um lado, de fazer oposição pelos canais formalmente estabelecidos, sobretudo por conta da ditadura do voto prevalecente no Parlamento, com o partido governamental a aprovar apenas as leis que mais

- 27 A. Cutolo & R. Banégas, “Gouverner par la parole : Parlements de la rue, pratiques oratoires et subjectivation politique en Côte d’Ivoire”. *Politique Africaine*, n.º 127, 2012/13, pp. 21-48.
- 28 Savana, 30 de Maio de 1997.
- 29 M. A. Pitcher, *Transforming Mozambique. The politics of privatization: 1975-2000*, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- 30 “Renamo é negligente, Frelimo não vai governar Aúbe”, *Savana* n.º 343, 4 de Agosto 2000, pp. 2-3.
- 31 M. Cahen, “Mozambique : L’instabilité comme gouvernance? ”. *Politique Africaine*, n.º80, 2000, pp. 111-135.
- 32 Panafrican News Agency, 23 Novembro de 2000.
- 33 C. Darch, “Separatist tensions and violence in the ‘model post-conflict state’: Mozambique since the 1990s.” *Review of African Political Economy* 43 (148), 2016, pp. 320-327.
- 34 A. Schedler, “Election without Democracy: The menu of Manipulation”. *Journal of Democracy* 13 (2), 2002, pp. 36-50;
- 35 V. J. Bunce & Sh. L. Wolchik, *Defeating Authoritarian Leaders in Postcommunist Countries*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- 36 R. G. Filho, “Carisma e dominação carismática: perspectivas teórico-metodológicas do conceito weberiano de carisma e sua efectivação histórica”. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, 5 (1), 2014, pp. 120-140.
- 37 Y. Surel «Le Chef de l’opposition ». *Pouvoirs*, n.º108, 2014, pp. 63-80.
- 38 A coligação R-UE tinha permitido representantes de pequenos partidos conseguir assentos no parlamento, uma proeza que eles não seriam capazes de fazer por conta própria.
- 39 “Grande subida de Dhlakama”, *Notícias*, 23 décembre 1999, in STAE, *Recortes de Imprensa*, Dezembro de 1999.
- 40 M. Cahen, « Mozambique : L’instabilité comme.... op.cit.
- 41 IFRC, “Mozambique & Zimbabwe: Flood Rehabilitation Appeal No. 04/2000 Situation Report n.º12”. In <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-zimbabwe-flood-rehabilitation-appeal-no-042000-situation-report-no-12>. Acessado no dia 05 de Maio de 2021.

Ihe conuinham e os canais informais “via parlamento de rua” eram fortemente reprimidos pelo Estado autoritário; Dhlakama opta, por outro lado, por estratégias extra-institucionais, nomeadamente (i) boicote eleitoral e parlamentar; (ii) mobilização e apelo à acção do seu contingente militar (militares da Renamo desmobilizados e antigos guerrilheiros) para fazer valer as suas reivindicações políticas, o que se apresentava claramente como uma forma verdadeiramente atípica de fazer oposição política. De facto, a literatura sobre a oposição exclui desta categoria qualquer força política institucionalizada que se caracteriza por fazer uma oposição violenta dentro do sistema⁴². Ameaças de regresso à guerra para reivindicar os resultados eleitorais; “dividir o país”; e “governar à força as zonas em que tinha vencido as eleições” passaram a fazer parte do discurso legitimador de Dhlakama⁴³.

O falecido líder da Renamo reivindicava, igualmente, reformas na principal legislação eleitoral e, sobretudo, a inclusão de seus membros nas estruturas da administração eleitoral a todos os níveis, de modo a garantir, supostamente, que os processos eleitorais decorressem de forma livre, justa e transparente⁴⁴, o que, em bom rigor, se tratava de forçar paridade partidária nos órgãos de gestão eleitoral. Em 2012, Dhlakama passa das palavras à acção militar, nomeadamente com a (re)instalação de uma base militar em Gorongosa, na província de Sofala, e ataque a uma esquadra policial em Muxúnguè, na mesma província situada na região centro do país, com o objectivo de libertar militantes da Renamo detidos numa invasão pela polícia à sede do seu partido⁴⁵. A onda de ataques armados perpetrados pela Renamo, que continuou até Setembro de 2014, tinha resultado não só na destruição de infraestruturas económicas e sociais, mas também na paralisação da economia daquela região e obrigado o regime de Maputo a iniciar o diálogo como via para responder à crise político-militar⁴⁶.

Bloqueio parlamentar e boicotes eleitorais como estratégia de sedução política

Para além dos ataques armados, Dhlakama boicota também a participação da Renamo nas eleições municipais de 2013 e a tomada de posse de seus deputados na AR⁴⁷, de modo a privar o parlamento da sua legitimidade. A estratégia de Dhlakama não era nova, se se considerar que, em 2010, tinha também optado pela mesma modalidade, mas que, contudo, tinha suscitado uma revolta por parte de um grupo de 16 deputados, que desafiaram as suas ordens⁴⁸.

O boicote às eleições municipais de 1998 e 2013 permitiu o partido Frelimo fortalecer o seu controlo não somente sobre as instituições ao nível local⁴⁹, como também privou a Renamo de participar activamente durante este período nos fóruns de engajamento público ao nível local e alimentar a sua base social, através de exploração do clientelismo administrativo nas autarquias. A adopção de meios extra-institucionais pela oposição tinha, pelo menos, permitido a Dhlakama obter alguns ganhos políticos.

Seja como for, as negociações encenadas depois do início dos ataques armados e os boicotes tinham forçado o regime autoritário a fazer cedências muito importantes, não só com a aprovação da Lei da Amnistia⁵⁰, mas também com a assinatura, em 2014, do Acordo de Cessação de Hostilidades⁵¹ e adopção de reformas na principal legislação eleitoral⁵².

Em outubro de 2015, após sobreviver a duas emboscadas das forças governamentais e ameaçar tomar o poder no centro do país, Dhlakama voltou ao seu quartel geral, de onde anunciou, em 2016, uma trégua militar unilateral. Antes de perder a vida, a 3 de Maio de 2018, Dhlakama estava a negociar a partir da sua base, na Serra da Gorongosa (centro), directamente com o Presidente Filipe

42 L. Ware, *Political Parties and Party Systems*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

43 D.W., “Momentos de instabilidade política em Moçambique - uma cronologia”. In <https://www.dw.com/pt-002/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>. Acessado no dia 05 de Maio de 2021.

44 DW, “Sucesso das autárquicas só depende da CNE, diz a RENAMO”. In <https://www.dw.com/pt-002/sucesso-das-aut%C3%A1rquicas-s%C3%B3-dep%C3%A9nde-da-cne-diz-a-renamo/a-17217887>. Acessado no dia 13 de Abril de 2021.

45 D.W., “Momentos de instabilidade política em Moçambique - uma cronologia”. In <https://www.dw.com/pt-....> art. citado.

46 Em cima da mesa estavam três questões, nomeadamente a preparação de um encontro entre o Presidente Armando Guebuza e o líder da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), Afonso Dlakhama, a desmilitarização da RENAMO e a revisão do pacote eleitoral.

47 DW, “Assembleia da República de Moçambique empossada sob boicote da RENAMO”. In <https://www.dw.com/pt-002/assembleia-da-rep%C3%BAAbli-ca-de-mo%C3%A7ambique-empossada-sob-boicote-da-renamo/a-18186092>. Acessado no dia 5 de Maio de 2021. Em 1997 devido ao impasse parlamentar tinha optado também pelo boicote das eleições municipais de 1998.

48 “Grupo de 16 deputados desafia publicamente Afonso Dhlakama”. *Canal Moz*, 5 de Fevereiro de 2010.

49 DN, “Frelimo vence em 50 municípios e o MDM em três”. In <https://www.dn.pt/globo/cplp/frelimo-vence-em-50-municipios-e-o-mdm-em-tres-3571531.html>. Acessado no dia 5 de Maio de 2021.

50 DW “Parlamento moçambicano aprova Lei de Amnistia”. In <https://www.dw.com/pt-002/parlamento-mo%C3%A7ambicano-aprova-lei-de-amnistia/a-17848361>. Acessado no dia 5 de Maio de 2021.

51 A. Vines, *As perspectivas de um Acordo Sustentável entre as Elites em Moçambique à Terceira Vez?*, Londres, Chatham House, 2019.

52 “Parlamento aprova revisão da lei eleitoral para silenciar armas.” *O País*, 24 de Fevereiro de 2014, p.3; Lei n.º 9/2014 de 12 de Março. *Boletim da República*, 1.ª série, nº 21, suplemento. A constituição desta CNE obedeceu a um *political settlement*, não formalizado, entre as elites da Renamo e da Frelimo aquando do processo negocial de 2014.

Nyusi uma nova reforma constitucional, em particular a reforma da “descentralização”, que deveria permitir à Renamo ganhar pelo menos algumas províncias, onde era histórica e politicamente forte, durante as eleições provinciais de 2019.

Convém recordar que Dhlakama disse certa vez, em entrevista que concedeu após a derrota nas eleições presidenciais de 2014, que “a minha morte representaria o fim da oposição em Moçambique, uma vez que a pretensão autoritária do partido governamental iria se sobrepor aos princípios democráticos”⁵³. Seja como for, os princípios democráticos tinham sido, de facto, gravemente feridos durante as eleições de 2019, o que impediu a Renamo, agora liderada por Ossufo Momade, em substituição de Dhlakama, de eleger alguns governadores, nas provinciais onde é (era) politicamente forte.

2. Daviz Simango e o MDM: uma oposição alternativa em Moçambique?

O aparecimento do MDM tem, sem dúvidas, alguma relação intrínseca com o seu líder Daviz Simango e incontestavelmente com o processo de gestão interna da Renamo. Se Daviz Simango – ou mesmo a família Simango, descendente de Urias Simango, cuja história se confunde com as dinâmicas de fundação dos movimentos de libertação e da formação da FRELIMO⁵⁴ - carregava consigo algum capital social em resultado da relevância da sua família, foi a sua indicação, como candidato para a presidência da autarquia da Beira, pela Renamo, em 2003, que o tornaram numa figura incontornável no xadrez político moçambicano.

Apresentamos sucintamente, nas linhas que se seguem, o percurso político de Daviz Simango como pressuposto para apreender o processo da construção do seu estilo de liderança e de “oposição alternativa”.

Daviz Simango, o autarca

Daviz Simango foi indicado candidato a presidente do Município da Beira nas eleições locais de 2003⁵⁵, num processo relativamente controverso ao nível da Renamo. Aposta pessoal de Afonso Dhlakama, Daviz Simango, pro-

veniente de uma família histórica e influente em Sofala (ou mesmo em Moçambique), ganhou as eleições municipais com 53,43% face ao seu principal concorrente, Djalma Lourenço, da Frelimo, que obteve 42,23% dos votos. Pela primeira vez desde a independência em 1975, um organismo de poder local passava formalmente para o controlo de um partido da oposição⁵⁶.

Com a vitória nas eleições autárquicas de 2003, Daviz Simango iniciava um percurso político particular. Com efeito, o seu modo de gestão e de relação com a Renamo, sobretudo com Afonso Dhlakama, contribuíram para que, muito rapidamente, Simango se emancipasse. A experiência de gestão das autarquias pela Renamo⁵⁷ revela o que alguma literatura caracterizou como “mimetismo do inimigo ou o inimigo como modelo”⁵⁸, no sentido de que os partidos de oposição têm dificuldade de propor um modelo alternativo de gestão, diferente do modelo clientelista dos partidos no poder.

Os municípios sob gestão da Renamo naquele período tinham, portanto, adoptado o mesmo clientelismo político do seu “inimigo”, a Frelimo, usando a administração como instrumento de recompensa política. Tal foi o caso em Angoche, Ilha de Moçambique e Nacala-Porto. O mesmo pode ser arguido em relação às autarquias sob gestão actual da Renamo, como é o caso da cidade de Nampula, a avaliar pelas acusações e condenação por alegado nepotismo, abuso de cargo ou função⁵⁹.

No município da Beira, durante o período em que Daviz Simango era presidente representando a Renamo (2003-2008), a questão foi mais complexa que o simples clientelismo mimético através da administração municipal. Evidentemente, o clientelismo da oposição é relativamente precário, o que faz com que a intenção de o reproduzir como mecanismo de redistribuição aos membros do partido tenha resultado muitas vezes em fracasso e conflitos entre os membros partidários. Com efeito, na Beira a dificuldade de sustentabilidade do clientelismo através da administração municipal resultou na emergência de forte tensão entre Daviz Simango e a direcção do partido Renamo, de tal forma que chegou a ser acusado de não pertencer verdadeiramente à Renamo⁶⁰.

53 Entrevista com Afonso Dhlakama, realizada por mim em 2016 aquando da pesquisa para a produção do livro *The war within...* citado neste artigo.

54 B. L. Ncomo, *Urias Simango: Um Homem Uma Causa*. Maputo: Edições Novafrica, 2003.

55 Ao nível da Beira os membros da Renamo tinham escolhido Fernando Carrelo como seu candidato a estas eleições vide A. Nuvunga and J. Adalima, *op. cit.*

56 A Renamo passou também a gestão de Nacala-Porto, Angoche e Ilha de Moçambique, os tais municípios dos outros como preferiu denominar uma certa literatura D. M. do Rosário, ‘Os Municípios dos “Outros”: Alternância do Poder Local Em Moçambique? O Caso de Angoche’, *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 30, 2015, pp. 135–65.

57 O mesmo pode se dizer em relação a autarquia da Angoche, Ilha de Moçambique, Nacala-Porto e actualmente a cidade de Nampula. Trata-se na verdade de ausência de um projecto alternativo de gestão das entidades pública que seja característico da Renamo se diferenciando do da Frelimo.

58 M. Cahen, “The Enemy as Model. Patronage as a Crisis Factor in Constructing Opposition in Mozambique”, *Work in Progress*, 2011.

59 “Nampula: Vahanle condenado a prisão por abuso de cargo”, *WD*, 23 de abril de 2021, disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/nampula-vahanle-condenado-a-pris%C3%A3o-por-abuso-de-cargo/a-57317001>

60 É preciso salientar que Daviz igual a vários outros membros relativamente formados da Renamo tinham sido admitidos ao partido depois das primeiras eleições gerais naquilo que foi considerado como fluxo de uma ala intelectual na Renamo. Com um histórico de Partido de Convenção Nacional (PCN) para alguns membros Daviz apenas estava na Renamo em resultado de interesse nas posições de poder.

Entre a dificuldade material de concretizar a redistribuição clientelista através da administração municipal e uma certa perspectiva técnica de Daviz Simango, foi-se produzindo uma zona de incerteza e de liberdade do edil para construir o seu perfil político de autonomia em relação à dependência partidária e, sobretudo, a Afonso Dhlakama. Daviz alimentou-se de uma perspectiva técnica para se emancipar do centralismo personalizado de Dhlakama, ganhando assim cada vez mais notoriedade nacional e internacional⁶¹.

Assim, na Beira, por detrás do objectivo de personalização do poder por parte de Dhlakama, Daviz Simango representava, até certo ponto, alguma ameaça, ademais a opinião pública via nele algum perfil para sucessão na liderança da Renamo⁶². Para os membros de base da Renamo na Beira, Daviz Simango nunca tinha pertencido, efectivamente, ao seu partido e nunca fizera esforço significativo para recompensar à Renamo através da exploração da autarquia⁶³. A citação abaixo, de um funcionário sénior da autarquia da Beira é reveladora:

“A relação entre Daviz Simango e a Renamo era tensa; a Renamo queria dinheiro do município, mas Daviz não aceitava isso. Então, ele foi afastado do partido. Eu confirmo que Daviz não dirigiu o município como alguém que pertencia a um partido naquela altura. Ele era, desde o início, bastante independente [...], você sabe, Daviz é engenheiro, alguém formado que sabe muito bem diferenciar os bens públicos e as actividades do partido [...]”⁶⁴.

Estas narrativas de frustração de clientelismo e conflitos entre os supostos intermediários do clientelismo (os autarcas) e as estruturas do partido são importantes para entender a derrota da Renamo em 2008, em todas as autarquias onde tinha ganho as eleições em 2003. Entre a dificuldade de mimetismo do “modelo” clientelista de gestão da autarquia e falta de “intermediários do clientelismo”, a Renamo finalmente não conseguiu propor novas formas de administração municipal.

Nas condições acima descritas, era o presidente da autarquia que se destacava pela sua aliança com os funcionários (o Conselho Municipal) para construir e estabelecer um canal de comunicação com os cidadãos. É isso que justifica, em grande parte, os prémios ganhos por Daviz

Simango como melhor autarca de Moçambique. Tratou-se de um verdadeiro teste de competências individuais e construção de um projecto de emancipação partidária.

Daviz Simango autónomo, fundador de partido e líder

A tensão com a Renamo levou à exclusão de Daviz Simango como candidato à sua própria sucessão nas eleições municipais de 2008. Tal exclusão agitou uma parte do eleitorado que apoiava a sua continuidade à frente do município da Beira. Essa situação motivou-lhe a se candidatar como independente⁶⁵, tendo sido, portanto, expulso da Renamo.

Apesar da expulsão da Renamo, sua vitória nas eleições locais de 2008 foi mais expressiva: obteve 61,6% de votos contra 33,7% de Lourenço Bulha, da Frelimo, tendo Manuel Pereira, da Renamo, arrecadado modestos 2.7%.

Na verdade, a personalidade de Daviz Simango se destacava face à habitual bipolaridade entre a Frelimo e a Renamo, que eram finalmente afastados da gestão directa daquela autarquia que é a segunda cidade de Moçambique⁶⁶. Com a vitória de Daviz Simango nas eleições autárquicas de 2008, estavam criadas as condições para a imaginação de uma força política alternativa, para sustentar seu projecto político, seja ao nível local, assim como ao nível nacional. Ademais, as dificuldades de gestão da classe dita “intelectual” da Renamo, que se tinha associado a este partido depois das eleições fundadoras, ganhava cada vez mais crispação.

O centralismo personalizado de Dhlakama, que contava com “apoio incondicional” de certa ala mais conservadora, não deixava espaço para reinvenção do partido e concessão de mais espaço de acção à chamada ala intelectual. Finalmente, seria esta a apoiar a fundação do novo partido, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), tendo-se como epicentro a experiência local de Daviz Simango, mas com enorme projecção nacional e razoável notoriedade além fronteiras.

Fundação da oposição alternativa e tentativas de centralização

Em Março de 2009, o MDM se apresenta(va) publicamente como partido político com grandes ambições de quebrar com o bipartidarismo e de se desenvolver como

61 Em 2006, 2008 e 2009 Daviz Simango recebeu o prémio de melhor presidente de município em Moçambique atribuído pela Professional Management Review-Africa, uma revista de negócio sul-africana.

62 Mesmo se muitas vezes Dhlakama reivindicava a parternidade política de Daviz não era ignorável o perfil autónomo vis-a-vis o protagonismo da liderança da Renamo. Para mais detalhes vide, S. Chichava, *op. cit*

63 Ao nível da Beira as narrativas associavam Daviz Simango com acomodação mais étnica de distribuição de postos de trabalho do que de natureza partidária.

64 JG, funcionário do município da Beira, entrevista, Beira, 4 de Junho de 2014. As entrevistas aqui referenciadas resultam de um trabalho de campo efectuado no quadro de uma pesquisa de doutoramento de Egidio Guambe, um dos autores deste texto. Uma grande parte de material referente ao município da Beira pode ser encontrado no livro de E. Guambe, 2019, *op. cit*.

65 Contou com algum apoio de Grupo de Reflexão para Mudança (GMR) de Francisco Masquil.

66 Deve ser por isso que concordamos com as opiniões que olham para actual reforma de descentralização que inibe as candidaturas independentes como um arranjo da arrogância política entre a Frelimo e Renamo para impedir origem de personalidade de destaque na governação local, numa clara exaltação de partidarismo clientelista.

alternativa política em relação aos dois partidos de tradição militar, a Frelimo e a Renamo. O seu slogan de “Moçambique para Todos” parece ter suscitado algum interesse por parte de jovens e certas elites urbanas, a tal ponto que este discurso rapidamente se solidificou pelo território nacional. Para além de herança de elementos vindos do Partido de Convenção Nacional (PCN), diversos quadros da dita “ala intelectual” da Renamo juntaram-se ao novo movimento. Igualmente, destacou-se a mobilização de notáveis locais, sobretudo do domínio de negócio, ou ainda funcionários públicos, em particular os professores.

Seis meses após a apresentação pública, o partido decidiu testar sua aceitação concorrendo às eleições presidenciais e legislativas daquele ano (2009). Excluído em sete dos onze ciclos eleitorais, os resultados das eleições não foram significativos para Daviz e o seu novo partido (8,6% e 3,9% respectivamente). Apesar de fraca votação, a percentagem de votos obtidos permitiu Daviz Simango e a MDM se posicionarem como a terceira força política.

Como que a confirmar o adágio segundo o qual *não há bela sem senão*, as tensões na gestão interna do partido se fizeram sentir um pouco depois das eleições gerais de 2009. Com efeito, a natureza “horizontal” da constituição do MDM ditava uma dificuldade de afirmação da hierarquia e, por isso, de cumprimento procedimental da visão da liderança⁶⁷. Sob discurso de redinamizar o partido, em Fevereiro de 2010 Daviz Simango dissolveu a Comissão Política do MDM, o que foi seguido por uma onda de demissões de diversos quadros do partido. Na verdade, depois dos primeiros anos de certo dinamismo horizontal, o que tinha incentivado algumas figuras notáveis, como Manuel de Araújo, Mahamudo Amurane, Maria Moreno, Cornélio Quivela, Agostinho Ussore, Ismael Mussá, João Carlos Colaço, Venâncio Mondlane, entre outros, a filiarem-se ao partido, a liderança do MDM, iniciou uma gestão mais centralizada em seu torno, incluindo hostilização de algumas figuras consideradas concorrentes.

No entanto, o partido não elaborou, necessariamente, um projecto político alternativo. Aliás, mesmo com oito (8) deputados em 2009, dezassete (17) em 2014 e seis (6) actualmente, não se conhece a bom rigor o projecto político alternativo do partido que seja diferente dos dos seus principais concorrentes. Distante (ou distanciado) das grandes questões nacionais, a sua relativa aceitação por parte do eleitorado jovem e nas zonas urbanas nunca foi objecto de uma análise e sistematização das suas particularidades, para, por exemplo, eventual capitalização política ou para produzir um discurso alternativo e legitimador para esta franja do eleitorado. A actual decadência no número de municípios conquistados nas últimas eleições autárquicas e a redução do número de deputa-

dos na Assembleia da República, para abaixo da metade, nas eleições de 2019, daqueles que o partido conquistara nas eleições de 2014, parece sugerir que Daviz Simango não conseguiu, pelo menos a nível nacional, capitalizar o papel de liderança da oposição deixado materialmente vazio com a morte de Dhlakama (a 3 de Maio de 2018).

Com efeito, os últimos dias de vida de Daviz Simango (que morreu a 22 de Fevereiro de 2021) foram, de facto, caracterizados por uma tentativa pouco clara de reanimar um partido que parece ficar aquém (e marginalizado) dos principais debates do país. Sem qualquer outra auctorquia sob sua gestão, à excepção da Beira, o MDM vive uma agonia, necessitando de uma reabilitação política. A morte do seu líder, Daviz Simango, pode, obviamente, tornar ainda mais complexa a equação. Certamente que a agenda principal da Frelimo pós-Daviz Simango será de recuperar a Beira a todo o custo.

A 29 e 30 de Maio de 2021, o partido irá se reunir, na cidade da Beira, em sessão do Conselho Nacional, com o objectivo principal de preparar a nova fase política sem Daviz Simango, uma oportunidade ímpar para uma verdadeira revitalização do partido. Entretanto, a dificuldade e a falta de humildade política de reconhecer a necessidade de encontrar uma nova liderança, capaz de apoiar o partido no desenho de um projecto político de verdadeira reabilitação do MDM, pode concorrer para a acentuação do declínio político de um partido que tinha sido bem recebido pela sociedade, nomeadamente como alternativa à Frelimo e à Renamo. Uma verdadeira imortalização de Daviz Simango passaria por uma introspecção e reconhecimento das principais fragilidades cometidas desde a fundação do partido e, provavelmente, “reconquistar” membros que adicionavam valor ao partido, que se auto-excluíram em resultado de tensões típicas da emergência das organizações políticas.

Conclusão: Uma nova oposição para um novo contexto

As leis moçambicanas, significando tanto a Constituição da República de Moçambique (CRM) como as demais, não definem o estatuto de líder da oposição em Moçambique. No entanto, o facto de Afonso Dhlakama ter sido o segundo candidato presidencial mais votado em todas as eleições em que participou e o seu carisma fez com que ele fosse reconhecido como tal, por todos os partidos políticos da oposição. Aliás, ele mesmo logrou com sucesso reivindicar para si o estatuto de líder inquestionável da oposição.

Porém, ao fechamento do espaço para exercício da oposição pelo Estado autoritário Dhlakama recorreu aos

67 Os diferentes membros que constituíram os quadros do partido MDM tinham praticamente o mesmo perfil e capitais políticos sobretudo disidentes da Renamo. Segundo uma literatura havia concepções diferentes sobre o que devia ser o MDM e sobretudo a natureza que devia ser dirigido.

meios não institucionais, como protestos, boicotes às eleições, ao parlamento, assim como ao seu “aparato militar”, para fazer passar suas alternativas de mudança. Dhlakama morreu antes de concluir o terceiro processo negocial, que, pela via das armas, tinha o levado à mesa das negociações para uma nova agenda pública, nomeadamente a viabilização das eleições dos governadores de província. O seu substituto, Ossufo Momade, relativamente muito pouco carismático, enfrenta dificuldades de liderar a oposição, até porque os partidos de oposição não o reconhecem como tal. Efectivamente, um dos grandes problemas de Ossufo Momade está no facto de querer imitar o discurso e as práticas de Dhlakama, como se o carisma fosse transmissível de pessoa para pessoa. A dificuldade de Momade em se legitimar insere-se não só ao nível dos partidos da oposição, mas também no interior da própria Renamo, o que está a enfraquecer fortemente o partido.

Ainda que Momade tenha assinado o denominado Acordo Definitivo de Paz, que inclui a componente de desmilitarização, desmobilização e reintegração (DDR)⁶⁸, a auto-intitulada Junta Militar, que emergiu logo depois disso (assinatura desse “Acordo Definitivo de Paz”), não o reconhece como dirigente do partido, o que sugere que Momade perdeu o controlo da componente militar do partido, que tinha sido, durante os últimos anos, o “porto seguro” de Dhlakama para fazer oposição. Sem este recurso capital, Momade deve convocar os “estados gerais do partido” para reflectir sobre que tipo de partido a Renamo deve se tornar para fazer oposição de facto. Isso passa, a nosso ver, por abrir um debate interno mais alargado, não só “aos intelectuais da velha guarda do partido”⁶⁹ marginalizados por Dhlakama, alguns dos quais, mesmo depois de excluídos da Renamo, nunca se filiaram nem na Frelimo nem no MDM, mas também os militantes que, durante a guerra civil, trabalharam na clandestinidade, cujo papel nunca foi devidamente valorizado e suas demandas encorporadas pelo partido.

Daviz Simango, homem que fundou (e afundou) o seu partido, o MDM, e que durante alguns anos foi visto como “tubo de escape” para alguns sectores da sociedade moçambicana, terá sido vítima da tradição autoritária que caracteriza os partidos políticos moçambicanos. De um líder tendencialmente democrático, Daviz Simango faleceu

enquanto enfrentava uma grave crise interna de liderança, que culminou com o abandono do partido por parte de proeminentes figuras, que, não aceitando as tendências autoritárias de organização interna, e orientados por uma “política de ventre”⁷⁰, decidiram aliar-se à Renamo.

Parece não haver dúvidas de que Daviz Simango deixou um partido em profunda crise, que precisa urgentemente de se “reinventar”. Parece razoável, nestes termos, que o partido MDM se submeta a uma reconfiguração que inclui fazer as pazes com algumas destas figuras proeminentes que abandonaram o partido, tal como Manuel de Araújo. O perfil deste último, por exemplo, se ajustaria numa perspectiva como a de Daviz Simango no que concerne à experiência de gestão autárquica, tecnicidade, algum nível de carisma e experiência de fazer oposição numa “província rebelde”⁷¹.

Como acontece em outros contextos, existe, pois, a necessidade de reformar a legislação eleitoral de forma a tornar obrigatório que todo o candidato presidencial que não seja independente figure, igualmente, da lista do seu partido de candidatos a deputados da Assembleia da República, como forma de se acondicionar que o segundo candidato mais votado tenha um assento no parlamento, nomeadamente para fazer oposição pela via parlamentar.

Trata-se de desafios que são necessários para a reabilitação da oposição que está órfã de *leadership* ao estilo de Dhlakama e Daviz Simango e que pode, muito bem, ser reduzida, como certa vez disse Mariano Matsinha, um veterano da Frelimo, à insignificância pelo partido governamental⁷².

Não parece haver dúvidas de que as eleições de 2019 traçaram um cenário negro para a oposição. Reduzida no parlamento e sem liderança real e efectivamente respeitada pela Frelimo, se se mantiver esta tendência a democracia moçambicana estará em perigo, significando que o jogo institucional vai perder equilíbrio, sendo de prever que o “parlamento de rua” poderá constituir a única alternativa de fazer oposição – mas sem “banhos de multidões” que acompanhavam Dhlakama, sobretudo à norte do Rio Save (regiões Centro e Norte do país), e sem o “nível de firmeza” que caracterizava Daviz Simango –, o que reforçaria cada vez mais as tendências autoritárias do regime do dia.

68 A. Vines, *As perspectivas de um Acordo Sustentável entre as Elites em Moçambique à Terceira Vez?*, Londres, Chatham House, 2019, p. 12

69 Trata-se por exemplo de Orlando Graça; Sebastião Temporário, Gulamo Jafar entre outros. Raúl Domingos por exemplo ofereceu-se publicamente para regressar ao partido.

70 J.-F. Bayart, *L'État en Afrique. La Politique du ventre*. Paris: Fayard, 2006.

71 S. Chichava “Uma província ‘Rebelde’. O significado do voto zambeziano a favor da Renamo”. *IESE, Conference paper* n.º 8, Setembro de 2007.

72 “Reduzir a oposição a insignificância”. *Noticiais*, 28 de Abril de 2007.



Parceiros financeiros do EISA em Moçambique:

